

A representatividade negra na perspectiva do Serviço Social

Black representation from the perspective of Social Service

Andrezza Gonçalves Lucas¹, Luciane Ribeiro Dias Gonçalves².

RESUMO

O tema deste artigo é a representatividade negra, na perspectiva da formação realizada no curso de Serviço Social. O objetivo é indagar as contribuições da produção de conhecimento sobre relações étnico raciais para o Serviço Social, evidenciando como o curso introduz o estudo da questão e o protagonismo negro. Como metodologia de pesquisa utilizamos de uma análise bibliográfica, que busca comprovar a dúvida sobre a existência ou não da produção de conhecimento no Serviço Social sobre a representatividade negra. O referencial teórico baseia-se a partir dos estudos da decolonidade que revisita o período escravocrata, questionador do mito da democracia racial e retratando o negro como protagonista de sua própria história. Considerando os resultados obtidos nas revistas: Em pauta, Serviço Social em Revista, Katálýsis onde encontramos 21 artigos que tratam da temática no geral e três que especificamente trataram sobre a formação do assistente social e as relações étnico raciais. O estudo destes artigos revela que o Serviço social foi por muito tempo ausente deste debate. Apenas depois de uma postura crítica que o tema foi levado em consideração. O estudo aponta para a necessidade de se repensar currículos, disciplinas e referências bibliográficas que possam trazer as relações étnico raciais para a centralidade da formação do assistente social.

Palavra-chave: Serviço Social; representatividade negra; étnico racial; questão social.

ABSTRACT

The theme of the article is black representation from the perspective of Social Service, with the objective of highlighting how Social Service introduces the study of the ethnic-racial issue, black protagonism and investigating the contributions of the production of racial knowledge to Social Service. The research methodology is a bibliographic analysis, which seeks to prove the existence or not of the production of knowledge in Social Service about black representation, based on studies of decolonization and overcoming the slavery period, portraying black people as protagonists of their own history. Considering the results obtained in the journals: On the agenda, Social Service and Society, Katálýsis. The article exposes how social relations and the social issue are present in Brazilian society and how public policies act in confronting structural racism, through the demands of society. The article has as its theoretical basis authors from the following areas of knowledge: Social Service, sociologists and social scientists. **Keywords:** Social Service; black representation; ethnic racial; social issue.

¹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Uberlândia - Ufu. E-mail: andrezza15gl@gmail.com

² Mestre em Educação, Doutora em Educação, Docente no Curso de Pedagogia - Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: luciane.dias@ufu.br.

1 INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Serviço Social, e a participação no PET Reconnectando Saberes Fazeres e Práticas (Programa de Educação Tutorial), que é um projeto de extensão, que tem como norma a produção de pesquisa individual e coletiva, segundo o Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação (CLAA) (PROGRAD. 2024), surge a intenção em questionar a existência de textos que refletem sobre a representatividade negra no Serviço Social, pois a temática aborda a inclusão do povo negro em sua produção de conhecimento e suas contribuições para uma educação antirracista. Sendo o objetivo principal, pesquisar artigos científicos que discutam sobre a representatividade da população negra no Serviço Social.

O pressuposto, reflete como as produções de conhecimento étnico racial no Serviço Social têm contribuído para abranger diversas demandas do povo negro, pois a pesquisa questiona: Como tem sido realizado a produção de conhecimento científico sobre aspectos das relações raciais, no Serviço Social e como isso é aplicado aos estudos da representatividade negra? Quais são as atribuições do Serviço Social para combater o racismo e a ausência da representatividade negra?

O artigo, tem como objetivo geral mapear, por meio de uma revisão bibliográfica, artigos científicos, da área do Serviço Social publicados em revistas da área, na década de 2000, que debate como o serviço social discute a questão das relações étnico raciais a fim de dar visibilidade a esses estudos. Os objetivos específicos, evidenciar como o Serviço Social introduz o estudo da questão étnico racial e do protagonismo negro, indagando as contribuições da produção de conhecimento sobre as relações raciais para o Serviço Social.

O protagonismo negro tem relevância na perspectiva social pois, o giro decolonial³, está em deslocar a enunciação da perspectiva do dominante para a perspectiva do dominado (Bueno; Press, 2021, p.14). Sendo assim, a ausência da representatividade negra contribui para o surgimento de estigmas sociais que estereotipam a população negra. Diante disso, surge o interesse pelo tema a representatividade negra em artigos científicos da área do Serviço Social.

Ao trilhar um caminho teórico devemos, segundo Gil (2002), no caso de uma pesquisa bibliográfica, nos apropriar de conhecimentos já produzidos anteriormente por outros/as pesquisadores/as sendo esse tipo de pesquisa indispensável para produções científicas:

³ A perspectiva decolonial parte da análise histórica do sistema mundo, fundada em um processo de hierarquização e interdependência entre os países. Defende que o debate democrático e horizontal é necessário para a construção de outra sociedade, com centralidade no valor da vida e não do mercado (Bueno; Press. 2021).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

Partindo dessa afirmação, a utilização da referência bibliográfica proporciona que o/a pesquisador/a utilize autores para a comprovação ou refutamento de argumentos sobre seu tema e quais os resultados alcançados na revisão bibliográfica. O artigo teve como fonte três artigos que estão publicados nas revistas: Serviço Social em Revista, Katálisis. Por meio disso, a bibliografia é uma ferramenta importante em qualquer análise científica, pois enaltece o trabalho com o objetivo de fundamentar a análise teórica do pesquisador.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica no artigo será utilizada para colocar em discussão a existência ou não da produção de conhecimento no Serviço Social sobre a representatividade negra e os impactos disso na formação de assistentes sociais. Pensando em contexto histórico, isso resvala em discussões que abrangem a superação do período escravocrata, retratando a população negra como protagonista de sua própria história.

Portanto, noções de conceitos como: racismo estrutural, mito da democracia racial, ancestralidade, a protagonismo negro e demais conceitos serão relatados na pesquisa. Para Gonçalves e Katrib (2021, p. 202), a partir da forma como população branca é tratada pelo Estado, contribui para o surgimento de estigmas sociais que estereotipa a cultura, a história oral, retratada como a tentativa de consolidação de um sentido identitário eurocêntrico para o país. Logo assim, a sociedade enraíza seus próprios interesses que distorce a identidade cultural da população negra.

2 O SERVIÇO SOCIAL E O ESTUDO AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E O PROTAGONISMO NEGRO BRASILEIRO

No Serviço Social, o estudo sobre as questões étnico raciais é um debate que, no contexto histórico da profissão, tem recentes discussões. No Brasil o pontapé inicial surge, a partir de 1989, com o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) (Rissi, 2022). Sendo, logo após do período de reconceituação da profissão, no qual o Serviço Social estava rompendo com o conservadorismo e se constituindo como uma profissão de caráter crítico (Iamamoto, 2006). Desta forma, os estudos sobre as relações étnico raciais tomam volume a partir das contradições que o Serviço Social enfrenta na década de 90.

O movimento negro tem papel relevante nesse processo. O jornal “O Clarim d’Alvorada”, que denunciava caso de racismo sofridos pelo povo negro, tem papel fundamental

para refletir a função do assistente social que neste momento defende a caridade e os interesses da burguesia (Lira, 2019. p. 115-116,).

Neste contexto histórico, a promulgação das políticas públicas que promovem a inclusão do negro na sociedade é alavancada após a implementação da Constituição de 1988, os direitos a população negra são estabelecidos por lei, mediante isso a lei (10.639/2003) inclui o estudo étnico racial nas instituições públicas, privadas do ensino básico e médio como obrigatório, sendo desenvolvido também uma série de avanços na garantia da igualdade racial.

A desigualdade social brasileira emerge do sistema capitalista, que se estrutura na exploração e que insere a população negra na marginalização, pois a partir da classificação de raça, oriundo de um processo de colonização escravagista, parte do princípio da existência de raça inferiores e superiores. Seguindo esse processo de subalternização da população negra e consequência disso, vem de forma conjunta o ideal branco que traz a visão eurocêntrica de que tudo relacionado a população branca seria o melhor padrão, o abuso durante a escravização e o desprezo da mão-de-obra negra no pós abolição, impede o acesso dos negros e negras ao ensino básico, a terra, ao crédito e a proteção legal. Sendo a desigualdade um fenômeno recorrente, com padrões diferentes na sociedade capitalista (Netto. 2007). Contudo, é a forma de concretização das desigualdades sociais estabelecidas nas relações raciais brasileiras.

Partindo desse princípio, o protagonismo negro de Carolina Maria de Jesus⁴, questionou e fomentou, no Serviço Social, a reflexão da necessidade em construir a ética profissional para enfrentar tais situações. O código de ética do assistente social é implementado em 1986. Diante disso, na obra “Quarto de Despejo: relatos de uma favelada”. de autoria de Carolina de Jesus, questiona como o Serviço Social não interfere na marginalização e expõe sua revolta com o agir profissional que não cumpre com suas demandas com a sociedade (Jesus. 1960. p. 37).

Sendo assim, as indagações da autora surgem por meio de sua realidade de vida, relata as diversas dificuldades enfrentadas na favela que incorporavam as questões históricas elencadas aqui anteriormente e ao mesmo tempo questiona as profissões que deveriam fazer parte da transformação delas, mas continuavam coniventes com o processo de inferiorização da população negra. Quando a obra “Quarto de Despejo: relatos de uma favelada” é escrita, o Serviço Social, neste momento, defendia os interesses da classe dominante, atuando na vertente de visão de caridade, ou seja, apenas uma profissão que contribui para a manutenção dos interesses da burguesia, não utilizando uma visão crítica sobre a realidade dos assistidos.

⁴ Carolina Maria de Jesus é escritora, compositora, poetisa que é utilizada como referência para o Serviço Social devido sua leitura de totalidade a partir da sua realidade vivenciada.

O protagonismo negro, evidencia a inserção do negro em sua própria história rompendo com a visão eurocêntrica e inserindo os estudos da decolonidade com uma nova narrativa, “o pensamento decolonial evidencia as opressões compartilhadas e a racialização dos povos originários e de ascendência africana, que vivenciam cotidianamente as relações duradouras e as sequelas da colonização” (Barbosa. p.5 .2022). Contudo o protagonismo negro, reflete a identidade que é um processo de identificação social construído mediante os conceitos de classe, raça e gênero, sendo um processo de definição e redefinição por meio das experiências sociais dessa forma as construções sociais influencia o processo de identidade do negro (Hall, p. 346, 2003).

Apresentamos na tabela 1, resultados da pesquisa bibliográfica, sendo o total de 21 artigos pesquisados nas seguintes revistas: Em pauta, Serviço Social em Revista, Katálisis. Os resultados obtidos surgem a partir de palavras chaves que são destacadas na tabela como categoria. Entendemos que o número de artigos encontrados seja ainda pequeno, mas significativo pois abrange vários debates que são prioritários para o combate ao racismo no Brasil. Certamente, a nação brasileira possui uma dívida histórica com a população negra e precisará se debruçar com maior afinco no debate sobre o tema para que os/as egressos/as tenham fundamentação para uma atuação mais transformadora e antirracista. A tabela com todos os trabalhos encontrados poderá contribuir com trabalhos futuros e por isso compõem este estudo logo abaixo.

Dos artigos encontrados nas revistas do Serviço social, apenas três atendiam a nossa escolha teórica porque os mesmos tratam especificamente da ligação entre a área do Serviço Social e a questão racial. Entendemos que, por ser uma área que prioriza o debate sobre a superação das diversas mazelas que assolam a sociedade, a temática racial precisaria assumir uma centralidade nos diversos estudos que realiza.

Tabela 1 - Referências Bibliográficas de artigos em revistas de Serviço Social

TÍTULO	AUTOR	REVISTA	ANO	TEMA	CATEGORIA	DOI
Racismo: do passado ao presente é rubro o terror.	Tamires Maia Araújo, Lélica Elis Pereira de Lacerda	Serviço Social 2023 em Revista	Questão Étnico Racial	Racismo		https://doi.org/10.5433/1679-4842.2023v26n1p285
O giro decolonial e suas contribuições para a análise da proteção social na América Latina	Nayara Cristina Bueno, Lislei Teresinha Preuss	Serviço Social 2021 em Revista	Questão Étnico Racial	Proteção Social		https://doi.org/10.5433/1679-4842.2021v24n1p232
Expressões da desigualdade racial na política de previdência social: uma análise a partir do acesso a direitos previdenciários no município de Rolândia-PR	Flávia Cristina Silva, Olegna de Souza Guedes	Serviço Social 2018 em Revista	Questão Étnico Racial	Desigualdade social		https://doi.org/10.5433/1679-4842.2018v20n2_p103

O preconceito e a prática profissional do assistente social: os valores e o projeto profissional crítico	Gênesis de Oliveira Pereira	Serviço Social em Revista	2016	Proteção social	Preconceito	https://doi.org/10.5433/1679-4842.2016v18n2_p189
Participación política de la juventud afrodescendiente en el Perú: recambio generacional y derechos humanos	Jorge Rafael Ramirez	Serviço Social em Revista	2015	Questão Etnico Racial	Participação política.	https://doi.org/10.5433/1679-4842.2015v18n1_p24
Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista capitalista	Mirla Cisne	Serviço Social em Revista	2015	Questão Etnico Racial	Violência contra a mulher	https://doi.org/10.5433/1679-4842.2015v18n1_p138
A concepção de democracia predominante no Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980	Lourival Souza Felix, Claudia C dNeves da Silva	Serviço Social em Revista	2019	Questão Etnico Racial	Democracia Social	https://doi.org/10.5433/1679-4842.2019v22n1_p177

Samba da Vela: o samba como tradução de uma realidade	Aretha Bley Pestana	Serviço Social em Revista	2013	Questão Etnico Racial	Samba e cultura negra	https://doi.org/10.5433/1679-4842.2013v15n2_p51
Discutindo a Gestão Social: Conceitos e protagonistas	Mariangela Belfiore Wanderley	Serviço Social em Revista	2013	Representatividade e Questão Etnico Racial	Gestão Social	https://doi.org/10.5433/1679-4842.2013v16n1_p19
Lares negros olhares negros: Identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais	Angela Ernestina Brito	Serviço Social em Revista	2013	Questão Etnico Racial	Identidade	https://doi.org/10.5433/1679-4842.2013v15n2_p74
Racismo e proibicionismo: um retorno ao pensamento social do negro no Brasil	Evelly Araújo	Revista Katálisis	2023	Questão Etnico Racial	Racismo	https://doi.org/10.1590/1982-0259.2023.e93172
O “equivoco” como Santana morte negra, ou Marques Junior como “naturalizar” balas racializadas	Joilson	Revista Katálisis	2020	Questão Etnico Racial	Racismo	https://doi.org/10.1590/1982-0259.2020v23n2_p366

Ainda guardo o Pontes Soares direito de algum antepassado da cor: luta quilombola brasileira	Iris de algum	Revista Katálysis	2018	Questão Etnico Racial Quilombola	Luta Brasileira	https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p574	0259.2022.e84637
Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez	Thamires Costa Meirelles dos Santo	Revista Katálysis	2022	Questões Etnico	A formação em serviço social	https://doi.org/10.1590/1982-02592022.e84637	
Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes	Kátia Regina de Souza Lima	Revista Katálysis	2017	Questão Etnico Racial Racial e social.	Democracia	https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p353	
Ontogênese do estético e vissungos: cantos de trabalho dos negros escravizados na mineração.	Marlon Garcia Silva	Revista Katálysis	2020	Questão Etnico Racial	Cultura negra	https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p348	

Preto é o lugar onde eu moro : o racismo patriarcal brasileiro	Nathalia Diorgenes Ferreira Lima	Revista Katálysis	2022	Questão Etnico Racial	Racismo	https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84646
Primeiras análises do serviço social brasileiro sobre a questão racial	Simone Sobral Sampaio Flávia De Brito Souza	Revista Katálysis	2024	Questão Etnico Racial	Questão Etnico Racial no Serviço Social	https://doi.org/10.1590/1982-0259.2024.e96157
O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro	Gustavo Gonçalves Fagundes	Em Pauta	2020	Questão Etnico Racial	Racismo	https://doi.org/10.12957/rep.2020.47212
O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas – a experiência da educação superior brasileira	Andréia Clapp Salvador	Em Pauta	2020	Políticas Afirmativas	Protagonismo Negro e representatividade.	https://doi.org/10.12957/rep.2020.47229

Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo	Magali da Silva Almeida	Em Pauta	2015	Violência e desigualdade social	Desumanização da população negra.	https://doi.org/10.12957/rep.2014.15086
--	----------------------------	----------	------	------------------------------------	---	---

Fonte: a autora.

Como base teórica utilizou-se autores que discutem a temática sendo eles: Fernandes (1965 e 2008), Jesus (1960), Gonzalez (2020), Hall (2006), Marx (2003) e artigos científicos para teorizar a produção de conhecimento.

2.1 As contribuições da produção de conhecimento racial para o Serviço Social

A produção de conhecimento científico sobre as relações étnico raciais é fundamental para a compreensão de como ainda, na atualidade, a população negra, como consequência de seu passado como escravizados que os retirou todos os direitos possíveis, é o maior público alvo das políticas de assistência pública.

Diante disso, a produção de conhecimento racial ao decorrer da regulamentação do Serviço Social foi negada com a justificativa de que analisar esse conceito distanciava da discursões essenciais da profissão. (Sampaio; Souza. 2024). Dessa forma, é criado o conceito de democracia racial que considera a relação entre o escravo e o senhor do engenho como harmoniosa (Freyre, 2002), mas isso é um mito, pois as condições do negro escravizado foram de exploração e sua relação com o senhor de engenho foi marcada por violência, pois a legislação protegia seus interesses. Pois, de acordo com Florestan Fernandes:

No passado, o conflito insanável entre os fundamentos jurídicos da escravidão e os mores cristãos não obsteu que se tratasse o escravo como coisa e, ao mesmo tempo, se pintasse a sua condição como se fosse 'humana'. No presente, o contraste entre a ordem jurídica e a situação real da 'população de cor' também não obstruiria uma representação ilusória, que iria conferir à cidade de S. Paulo o caráter lisonjeiro da democracia racial (Fernandes, 1965, v. 1, p. 198).

O mito encobre a persistência do contexto de exploração da escravidão e auxilia na desigualdade racial brasileira, pois a afirmação do autor elucida como o mito está presente na sociedade e como a classe dominante utiliza desta concepção para ocultar o contexto histórico da escravidão. Contudo isso, gera a questão racial que está presente nas relações sociais pois a inserção do povo negro na sociedade perpassa a desigualdade pois na sociedade capitalista, a desigualdade social é sustentada por a exploração do trabalho da classe trabalhadora (Koga; Sant'Anab; Martinelli, 2018). A questão racial, é gerada por o racismo estrutural da sociedade brasileira que contribui para a mobilização social ser inacessível para o povo negro devido a sua marginalização na sociedade (Gonzalez. 2020).

Diante disso, a contextualização das relações étnico-raciais é a forma como os grupos sociais estão relacionados na sociedade, pois no Serviço Social a tradição marxista que considera que os problemas raciais se resolveriam por meio da luta dos trabalhadores em geral, mas a estrutura do racismo está presente na classe trabalhadora, o Serviço Social portanto, deve

ampliar sua atuação, integrando as lutas raciais para garantir o combate ao racismo e à desigualdade racial, promovendo a igualdade racial (Gonçalves; Góes, 2017).

Diante disso, o Serviço Social brasileiro prevê em seu projeto ético-político defender os interesses da classe trabalhadora, que também pertence a classe pobre da sociedade brasileira (Almeida. 2015). O Serviço Social, tem como base teórica metodológica responder as demandas das classes, mas principalmente, a demanda da população negra (Santos. 2022). A produção de conhecimento racial contribui no agir profissional garantindo o compromisso político de debater as demandas dos grupos sociais, para melhor a qualidade no debate étnico a produção de conhecimento das relações étnico racial contribui para exercer a atuação profissional antirracista.

3 A REPRESENTATIVIDADE NEGRA COMO ASPECTO METODOLÓGICO

A representatividade é um conceito político sendo um movimento coletivo pois, um indivíduo que tem características semelhantes a um grupo que está inserido na minoria social, torna-se representante de seus interesses promovendo a inclusão e a equidade em um espaço que é dominado pelo povo branco (Dess, 2022)

A construção do negro na sociedade, surge a parte da relação entre negro e o senhor do engenho no período escravocrata que subalternizar o negro, após a manifestação de sua autonomia, continua utilizando a autodesignação contida na palavra “negro” (Fernandes, 2008), o preconceito racial definiu o “lugar” do negro no mercado de trabalho, a partir de 1930 é inserido em trabalhos informais e precários (Martins, 2012, p. 457) Mediante isso, os avanços para a inserção do povo negro na sociedade são marcados por resistência e organização do movimento negro que garantiu os seus avanços na sociedade brasileira como por exemplo a Lei:

Lei de cotas 12.711/ 2012 prevê 50% por cento das vagas em instituições públicas é subdivida: pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública (Brasil, 2012).

A legislação na atualidade assegura a inserção de diversos grupos que compõem a minoria social, as atribuições desta lei asseguram os direitos destes grupos, e tem como principal objetivo equiparar a igualdade entre os grupos sociais, as políticas públicas têm como a finalidade tratar ou resolver de uma demanda da sociedade.

No contexto histórico da representatividade negra surge, os quilombos, são espaços em que negros escravizados refugiavam-se, nesta comunidade que se organiza economicamente na defesa do seu território para permanecer, o quilombo é um marco de resistência negra a sua participação na sociedade escravocrata desempenhou a função de proteger a diáspora africana.

A representatividade negra é a relação como o negro está incluído na sociedade brasileira, sendo possível a partir da reafirmação de “o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais” (Munanga, 2006).

A identidade negra proporciona ao negro a construção do pensamento crítico e questionar sua vivência na sociedade, diante disso a questão social está presente na realidade dessa população pois a sua marginalização submetida a partir da colonização, retira a identidade do negro para assim conseguir dominá-lo. Devido ao aumento de riquezas produzido por a classe burguesa, a acumulação de capital, gera a pobreza que pode ser “absoluta ou relativa”, do resto da população (Marx.2013).

O protagonismo negro de Carolina Maria de Jesus denuncia no século XXI como o sistema capitalista afetam a vida do negro e o Serviço Social como auxilia nas desigualdades sociais desse povo, nessa perspectiva a produção da representatividade negra é a relação do contexto histórica de como este povo está incluído na sociedade, os estudos acerca da decolonidade retoma a voz do negro sobre sua história e as contribuições em Quarto de Despejo (Jesus. 1960), retrata a pobreza, como “braço desnutrido”, sendo uma questão social, porém, o Serviço Social deste momento tem como base teórica o assistencialismo, e por isso a questão social surge nas desigualdades da sociedade capitalista, a partir das relações sociais.

4 DISCUSSÃO E RESULTADO

Iniciamos os estudos deste trabalho com o artigo “primeiras análises do Serviço Social brasileiro sobre a questão racial”, publicado no ano de 2024, na revista Katálisis. O artigo apresenta a análise de dois trabalhos de conclusão de curso, dos autores Sebastião Rodrigues Alves (1966) e Elisabete Aparecida Pinto (2003). Artigos escritos em períodos marcados por ações dos movimentos negros organizados e pela luta antirracista no Brasil. Os artigos são de tempos históricos diferentes, contudo as autoras conseguiram encontrar neles pontos de convergência e divergência.

Segundo o estudo, Alves (1966) descreve o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado como exemplos de mobilizações significativas. Argumenta uma crítica ao mito da democracia Racial brasileira, apresentando uma suposta convivência harmônica entre a população negra e a população branca. Dispõe que a relação entre o senhor do engenho, colonizador, e da população negra, escravizada, teria uma hipotética concordância de convívio. Contudo, segundo o autor, a crítica deste conceito o expõe como, uma falsa noção, pois essa concepção nega a relação de poder que existe, uma opressão que desumaniza e cria

um abismo de desigualdades sociais que persistem até os tempos atuais. As análises sobre o mito da democracia racial revelam que isso um conceito inconsistente, pois até na legislação da escravidão os interesses da classe social dominante estavam amparados e ficavam em primeiro plano em detrimento de qualquer outro interesse, infringindo todos os direitos, inclusive a humanidade do povo negro (Fernandes, 1965).

Outro aspecto destacado no texto é que o racismo não é um conceito criado por negros, mas um sistema que surge mediante as formas de dominação instauradas no período escravagista, e está estruturado nas contradições sociais até os tempos atuais. Segundo Alves (1996), o racismo na sociedade brasileira tem como principal característica aparentar ser oculto, interferindo de forma amena para uma parte da sociedade. Porém, para a população negra é explícito. O autor expõe uma denúncia de racismo e aponta que mesmo com a população negra sendo amparada na legislação, diariamente seus direitos são desrespeitados.

A crítica ao mito da democracia racial surge para questionar como a sociedade brasileira, que teve origem a partir do processo de escravidão, dissemina a existência de igualdade entre as raças. Tal perspectiva desconsidera a luta do negro em resistir ao processo de escravidão por meio dos diversos movimentos de busca da liberdade, inclusive por meio de batalhas sangrentas e formação dos quilombos em territórios de difícil acesso. No texto Alves (1966) crítica como, antes do processo de reconceitualização de 1980, o Serviço Social adotava a democracia racial como conceito importante para estudo das relações étnico raciais, na formação de seus profissionais.

Ainda no primeiro texto, segundo Pinto (2003), o contexto histórico da atuação do Serviço Social foi o de reafirmar o preconceito por fundamentar-se nos interesses da burguesia. Por outro lado, a concepção crítica rompe com essa noção. O Serviço Social crítico questiona como a questão social está expressa na sociedade, a atuação profissional é amparada na ética e rompe o vínculo com a burguesia construindo assim o seu projeto ético político agindo frente às desigualdades sociais amparado pelos princípios fundamentais para exercer a profissão CFESS (1993). Os resultados da pesquisa da autora no Serviço de Atendimento e Encaminhamento de Casos (SAEC), mostram que parte dos assistentes sociais não reconhecem o racismo ao exercer sua profissão, pois as bases teóricas em que se fundamentam não são suficientes para entender esse conceito.

A autora utiliza o currículo acadêmico da Faculdade de Serviço Social de Campinas, no ano de 1986, demonstrando que esse seria insuficiente para o profissional compreender a dimensão do racismo. Quando questiona os profissionais sobre a questão racial, estes a reduzem como questão social de classe e manifestam sua atuação profissional baseada em princípios morais e religiosos. Durante o atendimento, os profissionais entrevistados relatam que investiam em induzir o povo negro de que o racismo não está presente na realidade brasileira

e, com a negação do racismo os/as profissionais não reconhecem quais setores e/ou aparelhos encaminhar a população. Alves (1966) sugere a inclusão de uma disciplina sobre a "situação do homem de cor"⁵ nos cursos de Serviço Social. Enfatiza a necessidade de uma formação profissional que aborde a questão étnico-racial e promova uma linguagem antirracista Pinto (2003).

Os autores estudados no primeiro artigo estudado, Pinto (2003) e Alves (1966), explicam que as contribuições em introduzir a questão racial no Serviço Social possibilita que esses profissionais possam ter um posicionamento onde compreendam a população negra como agente ativo em sua história. Certamente com esse entendimento seria superada a ideia da população negra ser objeto, concepção defendida por diversas áreas de conhecimento tais com as ciências sociais e a antropologia (Souza; Sampaio, 2024).

A partir disso, o atendimento individual passaria a ser estruturado na equidade, pois cada indivíduo pertence a um grupo social, com um conjunto de valores sociais e o contexto histórico marcado por estigmas sociais.

A produção de conhecimento sobre a população negra e as relações étnico-raciais no Serviço Social, segundo Alves (1966), tem sido escassa. A profissão necessita construir estratégias para solucionar os obstáculos sociais impostos a população negra. Diante disso, o movimento negro tem realizado uma participação efetiva em exigir as demandas da população negra, mas o Estado adia deliberar sobre o tema, sendo um exemplo disso a sanção do racismo como crime. Sendo assim, o autor propõe que os assistentes sociais e demais profissionais divulguem nas instituições debates sobre o preconceito e discriminação. Outra sugestão é estabelecer parceria com organizações negras para que os assistentes sociais divulguem os serviços que são oferecidos a população negra. Propõe ainda a criação de uma nova disciplina que explique a evolução cultural para responder como surgiu a questão social do negro.

Além disso, Alves (1966) aponta a discriminação racial como um modo que extrai toda a subjetividade do negro. A maneira como a sociedade brasileira estruturou a discriminação racial é brutal, pois remove da população negra toda a sua humanidade. Segundo o autor, as principais formas desse processo histórico elucidam a presença da ausência de infraestrutura econômica e na legislação que induz a população negra a culpabilizar a si mesma pela discriminação racial sofrida.

Portanto, os autores desafiam o Serviço Social a ampliar os estudos acerca da questão racial, mediante a contextualização histórica que antecede a concepção crítica da profissão. A dificuldade da profissão em compreender o racismo surge porque é necessário estrutura-se no

⁵ O título da disciplina apresenta um pensamento da época. Hoje, mesmo não utilizando essa nomenclatura, entendemos que a indicação da disciplina tenha sido inovadora na época e ainda continua atual, dependendo apenas de nomenclatura que possa ser mais decolonial.

estuda da decolonidade, que resgata o ponto de vista do negro sobre sua diáspora. Propõe a inserção na base curricular de uma matéria que explique sobre as relações raciais brasileiras que questione o eurocentrismo e aponte para a visão da população negra em seu protagonismo. Sugerem o desenvolvimento de uma formação profissional que seja antirracista (Alves, 1966; Pinto, 2003).

Conclui-se que o Serviço Social precisa reconsiderar que atualmente existe uma equidade na sociedade brasileira para o povo negro, a formação profissional deve ser reavaliada para incluir discussões sobre racismo e suas implicações sociais. Torna-se urgente que o Serviço Social faça intervenções com ações educativas para combater a desigualdade racial, sendo proposto a revisão da formação profissional para assim inserir no combate contra o racismo e seus efeitos sociais. A profissão precisa atuar intervindo na estrutura do racismo assim.

Alves (1966) destaca que o branco necessita reconhecer sua participação na manutenção do racismo e que o negro requer ter uma participação ativa diante as suas demandas rompendo com a subalternidade, diante disso é necessário que o Serviço Social amplie sua produção de conhecimento sendo essencial a realização da formação continuada, a profissão intervém na questão social e desenvolve ações para a minimização dos conflitos a partir de um conjunto de ações técnicas. Os autores propõem essas sugestões que devem ser consideradas para que a questão racial seja um conceito composto na base teórica da formação acadêmica e profissional dos assistentes sociais.

O segundo artigo analisado é “contribuições para o aprofundamento do debate étnico racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez” no ano de 2022, da revista *Katálisys*. O artigo apresenta a visibilidade da trajetória acadêmica e militante de Lélia Gonzalez. O objetivo dele é expor a evolução do debate sobre relações étnico-raciais na formação acadêmica em Serviço Social, de forma paralela às contribuições trazidas pelas pesquisas de Gonzalez. Revela o contexto histórico dos principais conceitos elaborados por Lélia Gonzalez. Apresenta a pesquisadora, mulher negra, como resistência e os estudos que emergem a partir do debate étnico racial, no Serviço Social.

Ao destacar Gonzalez, a forma como a autora dialoga o racismo e sexismo, o artigo revela os procedimentos políticos e expõe a relação entre ambos os conceitos. Desvenda como a democracia racial como uma concepção utilizada para romantizar, a relação entre a classe dominante e a população negra e como isso encobriu a desigualdade social da população negra e indígena.

Segundo Santos (2022), Lélia Gonzalez inclui em seus estudos o gênero e analisa o racismo e o sexismo como legado da colonialidade, entendendo como isso reflete na mulher negra. As contribuições colocadas ao Serviço Social, a partir da contextualização da produção

de conhecimento da autora Lelia Gonzalez, proporcionam a evolução do debate étnico racial, insere a readmissão da totalidade brasileira na perspectiva da população negra.

O artigo tem como objetivo expor as produções críticas da autora que buscaram compreender o capitalismo no Brasil e qual sua expressão no projeto político com relação as movimentações da população negra. O contexto histórico do Brasil destaca o encobrimento da diáspora africana, sendo citado como exemplo o fato da abordagem do negro apenas como uma fração de sua história e não como um personagem principal negando sua produção de conhecimento e participação histórica. Ramos (1955).

Entretanto, segundo Gonzalez (2020), ao fazer apenas o recorte de gênero para as mulheres negras é ocultado sua racialidade, promovendo assim a desigualdade. Para superar os estigmas sociais impostos às mulheres negras na sociedade brasileira, a autora sugere romper com os estereótipos e com perspectivas únicas que generalizam o pensamento crítico das mulheres negras a uma única resposta, reduzindo sua individualidade. Aponta que os profissionais de serviço social, educadores, alunos estão construindo uma produção de conhecimento estruturada em colaborar com produções sobre a temática racial e romper com produções eurocêtricas. Sendo assim reconstruída a base teórica crítica do Serviço Social sobre a questão racial a partir de uma perspectiva decolonial que expõe as contradições da profissão e contribui para o referencial teórico.

Apesar disso, o Serviço Social exhibe limitações em compreender os efeitos das relações étnico raciais e sua manifestação na questão social, pois ainda não consegue abarcar a discussão de como o racismo impacta na formação e no agir profissional. Os avanços na inclusão do debate étnico-racial, destaca como o racismo está relacionado ao capitalismo e como desafio aponta para setores considerados progressistas, onde a questão racial ainda não estava sendo discutida. A autora destaca que esses grupos não se viam como meio de manutenção da desigualdade racial, seguindo a máxima apontada pelo mito da democracia racial de que o racismo não existiria.

Diante do exposto a partir das análises dos textos de Gonzalez, sugere a revisão curricular, com o objetivo de destacar quais têm sido as oposições presentes no Serviço Social e na base de dados teórico-metodológico quais têm sido os efeitos da falta do debate étnico racial. Exercer a prática antirracista inicia a partir de entender que o racismo é um conjunto de ações estruturadas na dominação e privilegia um grupo enquanto, o outro o serve, rejeitando novas formas de conhecimento e assim continua presente no ato de um grupo servir a dominação.

Ao abordar os sujeitos, expõe sua participação no processo histórico e como isso interfere no projeto ético-político do Serviço Social a partir do legado de Lélia Gonzalez. É por meio do seu pensamento que surge discussões acerca da população negra no Brasil e na

América, investiga o debate racial de forma crítica considerando a interseccionalidade de raça, classe, gênero atravessando na formação de assistentes sociais.

As políticas de ações afirmativas são apresentadas a partir da promulgação da Políticas de Cotas (Lei nº 12.711/2012) 10, pois mediante a inserção da população negra no Ensino Superior aumentou o interesse em pesquisar a questão racial e torna um aspecto principal para a formação do assistente social.

Diante disso, a construção de pesquisas com o foco no debate étnico racial traz como mudança a inserção de coletivos negros e a ampliação de docentes e pesquisadores negros/os na graduação e na pós-graduação, contribuindo para a aplicação de uma perspectiva crítica. O contexto de reivindicações somente ocorre devido a persistência de pensadores/as, militante negros/as pioneiros/as em estudos sobre a temática, porém esse, processo é inválido sendo uma forma de silenciamento, utilizada pela colonialidade do saber, ou seja, o conhecimento é descrito apenas por o saber europeu. As demandas do debate étnico racial no Serviço Social, é prioritário para a analisar a realidade brasileira mediante o estudo teórico metodológico sob orientação de estudos de pensadores/as negros/as, para assim construir uma formação antirracista.

A autora expõe o conceito de amefricanidade que é a associação entre o Brasil e outros países do continente americano, que é a junção da América com a Ásia e África. Gonzalez aponta que há uma conexão entre esses países e surge pois os mesmos têm o contexto histórico marcado por a resistência de povos negros insurgentes. Compreende as contradições capitalistas, e o surgimento do racismo imposto ao povo negro que o inferioriza. Gonzalez é descrita como a principal intelectual que discute a temática racial, pois sua perspectiva contempla o feminismo e o combate o racismo. Sua concepção contribui como base teórica para entender a diáspora negra, para explicar os conceitos de racismo e sexismo, define como conjunto de processos que teve início a partir do Brasil colonial e seus efeitos refletem na mulher negra.

A crítica ao mito da democracia racial está relacionada, segundo Gonzalez, em como o racismo é manifestado na sociedade brasileira e diante disso, responsabiliza o negro por não obter mobilidade social, não está inserido nos processos sociais, políticos da sociedade e estereotipa que a população negra somente passa por isso devido sua irresponsabilidade, classificando que diante disso naturaliza-se está inserido na inferioridade este pensamento não releva os desafios impostos a população negra.

Portanto, o artigo estudado defende que a prática antirracista inicia mediante identificar o racismo como uma concepção de superioridade de raças e que divide a população subalternizando o/a negro/a, procedendo com a recusa de novas formas de conhecimento,

utilizando apenas padrões ocidentais e que contribui para a estruturação de práticas de segregação.

O artigo “o preconceito e a prática profissional do assistente social: os valores e o projeto profissional crítico” no ano de 2016, da revista Serviço Social e Sociedade. O objetivo principal deste artigo é descrever como o assistente social deve desenvolver o agir profissional sem preconceitos. Aponta uma série de conceitos tais como o valor, desvalores, o preconceito e o exercício da profissão baseada no projeto ético político.

Mediante isso, é necessário explicitar a concepção de valor. Segundo Pereira (2016), valor é a limitação de escolher, sendo um conjunto preciso que não é construído por informações da realidade, mas é elaborado por o indivíduo mediante o seu vínculo com a natureza. O autor fala do valor estar presente no ser social e reflete sobre a relação do indivíduo com a sociedade e como a consciência determina a forma como o indivíduo considera todas as alternativas impostas em seu cotidiano. Porém, a consciência utiliza de fundamentos concretos impostos na sociedade para determinar o valor.

A relação do indivíduo com o trabalho gera problemas sociais. As mediações sociais geram diversos processos que não tem relações diretas com o objetivo em superar a imediatividade do trabalho. Porém, existe valores que são cruéis com o indivíduo sendo descrito como desvalor. O desvalor é uma concepção que não é desviante e tudo o que altera o valor na evolução de um elemento essencial humano, sendo assim o preconceito está presente em sua essência. Dessa forma, surge o preconceito que está presente na cotidianidade sendo relatado como consequência de juízos provisórios e uma ação consentida pôr o indivíduo com princípios que realça suas convicções preconceituosas.

Para o autor, o/a assistente social combate o preconceito exercendo a prática profissional fundamentada no projeto ético político. No contexto histórico, apenas em 1993 surge de forma material que o Serviço Social enfrenta o preconceito. Pois, a prática profissional atua no cumprimento de políticas públicas e na expressão da questão social, considerando todo o contexto social presente em grupos minoritários e a consciência exerce o papel fundamental nessa concepção, pois utilizar o senso comum é um valor que exerce a moralidade e ações preconceituosas.

Para executar um projeto profissional crítico, expõe o movimento de Reconceituação de 1980 no Serviço Social, pois neste momento ocorre também a visibilidade dos movimentos operário e sindical, que deram vigor e legitimidade ao movimento de Reconceituação e como contribuição para superar o preconceito o autor sugere utilizar o pensamento crítico para distanciar de valores morais e cita diversos exemplos de uma atuação preconceituosa, como a de impedir um direito ao indivíduo.

Pois, o projeto ético-político do Serviço Social, tem como dimensão a teórico-práticas, ético-políticas e técnico-operativas, que incentiva ultrapassar o senso comum e produzir a concepção crítica fabricando profissionais que intervêm na sociedade.

O capitalismo é estruturado na aquisição da riqueza gerada por o proletariado, o trabalho exerce ações que retira toda a capacidade do trabalhador sendo descrita por Marx como humano-genérico, a construção da sociedade capitalista segundo o artigo é marcada por a presença da burguesia como classe transformadora da sociedade.

Os juízos provisórios são descritos como uma ação antecipada, o artigo descreve que categoria sociotécnica do exercer profissional, está vigente na estrutura da questão social e a sua relação com o Estado, o assistente social exerce o agir profissional enfrentando a manifestação da questão social, juntamente com a aplicação das políticas sociais que ampara grupos sociais alvos de preconceitos. A discursão de ambos os artigos têm como enfoque principal como o Serviço Social atua na questão racial, a relação entre ambos está presente nas contradições presentes na profissão e expressa resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto o artigo tem como principal objetivo discutir a produção de conhecimento étnico racial na perspectiva do Serviço Social, e explicar conceitos a partir da decolonidade. O Serviço Social a partir de 1980 passa por o movimento de Reconceituação que rompe com o assistencialismo e começa a ter um posicionamento crítico com as demandas sociais que surgem na sociedade brasileira, o artigo faz a análise de como a colonização insere o negro na marginalização social que após a abolição não tem seus direitos trabalhista, sociais e saúde assegurados por lei e diante desse cenário atualmente a igualdade racial tornou-se uma reivindicação política. Desta forma, as políticas públicas são elaboradas para responder às demandas da sociedade no artigo a lei de cotas 12.711/2012 é citada como um exemplo de política pública destinada a população negra, promovendo a igualdade racial. O artigo analisa a produção conhecimento da área do Serviço Social, tendo como foco quais as contribuições das relações étnico racial para exercer a prática profissional antirracista, a partir de uma pesquisa bibliográfica. Pensar sobre a representatividade da população negra dentro do serviço social, a partir de estudos de artigos publicados em revistas da área é compreender que a questão étnico racial surge mediante a resistência e luta do movimento negro. Da mesma forma isso contribui para que a formação de profissionais da área possa ter mais entendimento sobre o tema e como atuar com essa população que representa uma grande parcela dos/as atendidos/as pelas políticas públicas. Tem como principal objetivo analisar os artigos: primeiras análises do Serviço Social brasileiro sobre a questão racial, contribuições para o aprofundamento do debate

étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez, o preconceito e a prática profissional do assistente social: os valores e o projeto profissional crítico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**, v. 12, n. 34, 2014.

ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**, v. 15, n. 29, p. 311-333, 2015.

ALVES, S. R. **A ecologia do grupo afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação. Ministério da Educação, 1966.

ALVES, S. R. Somos todos iguais perante a lei. **Thoth**, Brasília, n. 1, p. 1 - 285, jan./abr. 1997. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2015/10/THOTH-1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ARAÚJO, Tamires Maia; DE LACERDA, Lélica Elis Pereira. Racismo: do passado ao presente é rubro o terror. **Serviço Social em Revista**, v. 26, n. 1, p. 285-304, 2023.

ARAÚJO, Evelly. Racismo e proibicionismo: Um retorno ao pensamento social do negro no Brasil. **Revista Katálisis**, v. 26, p. 426-435, 2023.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 161-182, 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 out. 2012b.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRITO, Angela Ernestina. Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. **Serviço Social em Revista**, v. 15, n. 2, p. 74-102, 2013.

BUENO, Nayara Cristina; PREUSS, Lislei Teresinha. O giro decolonial e suas contribuições para a análise da proteção social na América Latina. **Serviço Social em Revista**, v. 24, n. 1, p. 232-251, 2021.

CLAPP SALVADOR, Andréia. O papel protagonista do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) nas políticas afirmativas experiência da educação superior brasileira. **Em Pauta**, n. 45, 2020.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O social em questão**, v. 20, n. 38, p. 227-245, 2017.

DESS, Conrado. Notas sobre o conceito de representatividade. **Urdimento-Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 1, n. 43, p. 1-30, 2022.

FELIX, Lourival Souza; DA SILVA, Claudia Neves. A concepção de democracia predominante no Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980. **Serviço Social em Revista**, v. 22, n. 1, p. 177-196, 2019.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES FAGUNDES, Gustavo. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro. **Em Pauta**, n. 45, 2020.

GONZALEZ, L. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, L. Lélia Gonzalez: **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: UCPA, 2018a. p. 142-179.

_____. Por um feminismo afro latino-americano. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 139-150.

HALL, Stuart. **Pensando a diáspora**: reflexões sobre a terra no exterior. [S.l.: s.n.], 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo Cortez. Lima; Peru. CELAST. 2006.

JESUS, Carolina. Maria. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1960.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Desafios éticos e políticos da luta de classes eo mito da democracia racial em Florestan Fernandes. **Revista Katálisis**, v. 20, n. 03, p. 353-362, 2017.

LIMA, Nathalia Diorgenes Ferreira. Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro. **Revista Katálisis**, v. 25, p. 242-251, 2022.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Pandemia da COVID-19 e a história da educação da população negra. **Revista INTEREDU**, v. 1, n. 4, p. 197-227, 2021.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social & Sociedade**, p. 450-467, 2012

MARQUES, Joilson Santana. O “equivoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas. **Revista Katálýsis**, v. 23, n. 02, p. 366-374, 2020.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

NETTO. José. Paulo Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Em pauta**, n. 19, p. 134-171, 2007.

PEREIRA, Gênesis de Oliveira. O preconceito e a prática profissional do assistente social: os valores e o projeto profissional crítico. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 2, p. 189-209, 2016.

PESTANA, Aretha Bley. Samba da Vela: o samba como tradução de uma realidade. **Serviço Social em Revista**, v. 15, n. 2, p. 51-73, 2013.

PROGRAD. Programa de Educação Tutorial. Disponível em: <<https://www.prograd.ufu.br/pet>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RAMÍREZ, Jorge Rafael. Participación política de la juventud afrodescendiente en el Perú: recambio generacional y derechos humanos. **Serviço Social em Revista**, v. 18, n. 1, p. 24-39, 2021.

RISSI, Rita de Cassia Cristino Marcos. Um debate inicial sobre a questão étnico-racial e o serviço social no brasil. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 27., 2022. **Anais [...]**, [S. l.: s.n.], 2022. p. 1-17

SAMPAIO, Simone Sobral; SOUZA, Flávia De Brito. Primeiras análises do serviço social brasileiro sobre a questão racial. **Revista Katálýsis**, v. 27, p. e96157, 2024.

SANTOS, Thamires Costa Meirelles dos. Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez. **Revista Katálýsis**, v. 25, n. 2, p. 232-241, 2022.

SILVA, Marlon Garcia. Ontogênese do estético e vissungos: cantos de trabalho dos negros escravizados na mineração. **Revista Katálýsis**, v. 23, p. 348-356, 2020.

SILVA, Flávia Cristina; DE SOUZA GUEDES, Olegna. Expressões da desigualdade racial na política de previdência social: uma análise a partir do acesso a direitos previdenciários no município de Rolândia-PR. **Serviço Social em Revista**, v. 20, n. 2, p. 103-122-103-122, 2018.

SOARES, Iris Pontes. Ainda guardo o direito de algum antepassado da cor: luta quilombola brasileira. **Revista Katálýsis**, v. 21, p. 574-583, 2018.

THOTH: escriba dos deuses, v. 25, n. 1, jan./abr. 1997. Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2015/10/THOTH-1.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2025.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Discutindo a Gestão Social: Conceitos e protagonistas. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 19-29, 2013.